

**Ato Nº 254/2011**

O Excelentíssimo Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que estabelece o Art. 54, inciso III e seu parágrafo único, e o Art. 55, inciso I, alínea "a", inciso II da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04/05/2000,

Resolve ,

Divulgar o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO/2010 À DEZEMBRO/2010**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Janeiro à Dezembro/2010)	
	LIQUIDADAS  (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>602.461.543,28</b>	<b>221.351,42</b>
Pessoal Ativo	469.615.860,81	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	3.761.909,71	221.351,42
Sentenças Judiciais com Precatório (de Outros Órgãos da Adm. Direta)	129.083.772,76	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>208.691.932,20</b>	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	27.619.314,53	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	129.083.772,76	-
Exclusões conforme Decisões, Pareceres do TCEES	51.988.844,91	-
Ajuda de Custo	-	-
IR dos Servidores - Parecer Consulta 18/03	51.988.844,91	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>393.769.611,08</b>	<b>221.351,42</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>393.990.962,50</b>	-
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>7.909.033.785,79</b>	
<b>% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100</b>	<b>4,98%</b>	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6%	474.542.027,15	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,7%	450.814.925,79	

**FONTE:** Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda em por meio eletrônico.

**Notas:**

**1)** Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

**2)** Nas despesas liquidadas do período, na linha "Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)", está computado o montante de R\$ 80.431,73, referente a liquidação de Restos a Pagar não Processados do exercício de 2009. No mesmo período, no que diz respeito a Restos a Pagar não Processados do exercício de 2009, foram anulados R\$ 24.891,24.

**3)** Na Receita Corrente Líquida não foi considerado o montante de R\$ 330.134.531,47, relativo à receita de IRRF sobre folha de servidores do período de Janeiro à Dezembro/2010, em atendimento ao Parecer/Consulta TC - 018/2003.

**4)** Não incluído no montante da despesa com pessoal o valor da complementação previdenciária (Aporte), considerando o entendimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) prolatado no Pedido de Providência nº 0001738-04.2010.2.00.0000, bem como em cumprimento ao entendimento do Tribunal de Contas deste Estado, conforme manifestação registrada na Decisão Plenária TC nº 006/2001 e Resolução nº 189/03.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO/2010 À DEZEMBRO/2010**

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a) - (b)
Recursos Precatórios Estaduais	<b>68.174.649,39</b>	68.174.649,39	<b>0,00</b>
Recursos - Convênio MJ nº 03/2008	362.958,36	0,00	<b>362.958,36</b>
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>68.537.607,75</b>	<b>68.174.649,39</b>	<b>362.958,36</b>
Recursos Tribunal de Justiça	95.424.078,35	1.055.650,12	<b>94.368.428,23</b>
Recursos Fundo Especial do Poder Judiciário	91.728.191,57	1.446.856,94	<b>90.281.334,63</b>
Recursos Corregedoria Geral da Justiça	1,31	0,00	<b>1,31</b>
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>187.152.271,23</b>	<b>2.502.507,06</b>	<b>184.649.764,17</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>255.689.878,98</b>	<b>70.677.156,45</b>	<b>185.012.722,53</b>

<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>			
---	--	--	--

**FONTE:** Tribunal de Justiça do Estado do ES e Corregedoria Geral da Justiça do Estado do ES.

**Nota:** A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO/2010 À DEZEMBRO/2010**

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Recursos Precatórios Estaduais	0,00	68.174.649,39	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos - Convênio MJ nº 03/2008	0,00	0,00	0,00	24.610,46	362.958,36	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>68.174.649,39</b>	<b>0,00</b>	<b>24.610,46</b>	<b>362.958,36</b>	<b>0,00</b>
Recursos Tribunal de Justiça	0,00	1.055.650,12	0,00	14.229.343,74	94.368.428,23	0,00
Recursos Fundo Especial do Poder Judiciário	0,00	1.446.856,94	0,00	7.240.974,82	90.281.334,63	0,00
Recursos Corregedoria Geral da Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	1,31	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>2.502.507,06</b>	<b>0,00</b>	<b>21.470.318,56</b>	<b>184.649.764,17</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>70.677.156,45</b>	<b>0,00</b>	<b>21.494.929,02</b>	<b>185.012.722,53</b>	<b>0,00</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>						

**FONTE:** Tribunal de Justiça do Estado do ES e Corregedoria Geral da Justiça do Estado do ES

**Nota:** A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO/2010 À DEZEMBRO/2010**

**LRF, art. 48 - Anexo VII**

R\$ 1,00

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>Despesa Total com Pessoal - DTP</b>	<b>393.990.962,50</b>	<b>4,98%</b>
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6%	474.542.027,15	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,7%	450.814.925,79	5,70%

<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>
<b>Valor Total</b>	<b>21.494.929,02</b>	<b>185.012.722,53</b>

**FONTE:** Tribunal de Justiça do Estado do ES e Corregedoria Geral da Justiça do Estado do ES

Vitória (ES), 26 de janeiro de 2011,

**Des. Manoel Alves Rabelo**  
Presidente

**Des. Arnaldo Santos Souza**  
Vice Presidente

**Des. Sérgio Luiz Teixeira Gama**  
Corregedor Geral

**José de Magalhães Neto**  
Diretor Geral TJES

**Jadir Guilherme Fernandes**  
Controlador Geral Administrativo - Corregedoria

**Adriano Veira Spessimilli**  
Assessor Econômico da Presidência

**Maria Elysa Gonçalves de Souza**  
Assessora Econômica da Presidência